

Parte 1 – Senado Federal

Senador deseja alterar regras de reajustes da ANS para planos coletivos

Reajustes dos planos de saúde coletivos terão que ser submetidos à **Agência Nacional de Saúde (ANS)**, se um projeto de lei do senador Kaká Andrade (PDT-SE), em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, for aprovado. O texto recebeu emendas até o dia 22 de outubro.

O PLS nº 282/2014 acrescenta um artigo à Lei nº 9.656/1998 para que os reajustes dos planos coletivos de saúde sejam regulados e limitados pela ANS. O autor explica que os planos coletivos são os que utilizam uma pessoa jurídica para fazer a intermediação entre o titular do plano e a operadora. Eles existem nas modalidades empresarial (geralmente contratados pela empresa empregadora) e por adesão (contratado por associações e sindicatos).

Segundo Kaká Andrade, esse tipo de plano é o dominante no mercado nacional, alcançando 79% dos 50 milhões de beneficiários brasileiros de planos de saúde, conforme dados da ANS. No entanto, como a legislação é mais branda em relação a esses planos, está havendo a indução dos consumidores a se filiarem a associações falsas para aderirem a planos coletivos, ao invés de planos individuais ou familiares.

“Na prática, contudo, os planos coletivos apresentam alguns problemas para o beneficiário, sobretudo por não terem seus reajustes regulados, o que pode redundar em aumentos abusivos”, alertou o senador.

Projeto prevê participação do Operador Nacional do Sistema Elétrico nas decisões da Ana sobre vazão dos reservatórios d’água

No dia 20 de outubro, foi destaque no plenário do Senado Federal o projeto do senador Kaká Andrade (PDT-SE), que estabelece a participação obrigatória do Comitê de Bacia Hidrográfica (também chamado de “Parlamento das Águas”) nas decisões sobre alteração das vazões em reservatórios regularizadores.

O objetivo do PLS nº 288/2014 é fortalecer a legitimidade e a representatividade dessas decisões, porque na deliberação do Comitê estariam representados o poder público, os usuários de água e as entidades civis de recursos hídricos.

Para alcançar uma gestão hídrica descentralizada e participativa, o senador apresentou projeto que modifica a legislação (Lei nº 9.433/1997) que prevê a deliberação da **Agência Nacional de Águas (ANA)**, em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), nas alterações de vazão outorgada.

“No momento dessas alterações, os interesses do setor elétrico têm preponderado sobre as necessidades dos demais setores usuários da bacia hidrográfica”, argumenta o senador.

O texto do projeto destaca a disputa pelo uso de recursos hídricos no país com a escassez de chuvas nos últimos anos. É o caso das bacias dos Rios Paraíba do Sul e São Francisco, nas regiões Sudeste e Nordeste respectivamente.



“Essa realidade precisa mudar. O Comitê de Bacia Hidrográfica não pode ser mero espectador das decisões, pois ele é peça fundamental na conciliação dos interesses de usuários da bacia hidrográfica e, por isso, deve também deliberar sobre o tema”, afirma Kaká Andrade. A matéria aguarda a designação de relator para começar a ser apreciada.

Parlamento pode alterar regras da Anac sobre cancelamento ou remarcação de passagens

A aproximação das festas de final de ano costuma inquietar os consumidores quanto à atuação do setor aéreo, especialmente em relação à cobrança de multa por cancelamento ou remarcação de passagens. Há quase 20 anos, o Congresso Nacional discute mudanças no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/1986) para impor limites a práticas como essa, sempre muito criticada pelos usuários.

De 2012 para cá, o Senado Federal aprovou dois projetos de lei regulando o assunto e está pronto para submeter um terceiro a votação final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

No final de 2012, a Câmara dos Deputados chegou a aprovar a inclusão imediata do substitutivo sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica na agenda de votações do Plenário. A proposta acabou sendo retirada de pauta menos de um mês depois, reabrindo-se o processo de apensamento de matérias correlatas recebidas posteriormente pela Câmara.

Apesar de essas demandas terem o respaldo do governo, uma nova proposta de normatização estaria sendo negociada entre o Ministério da Justiça e a **Agência Nacional de Aviação Civil** (Anac), segundo revelou recentemente o jornal Folha de S. Paulo.

Sem mexer no regime de liberdade tarifária, a nova proposta teria dois alvos: exigir das empresas aéreas a uniformização de dados sobre tarifas aos consumidores e permitir ao passageiro receber de volta o valor pago pelo bilhete caso desista da viagem até 24 horas antes do voo. Mas a compra precisa ter sido feita com pelo menos sete dias de antecedência.

Projeto amplia regras da Anac sobre esteiras de bagagens nos aeroportos

O monitoramento das esteiras de bagagem dos aeroportos por câmeras de vídeo poderá ser um trunfo do consumidor nas reclamações por furto, extravio ou dano em suas malas. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal pode votar o projeto de lei (PLS nº 46/2013) da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que insere esse sistema de segurança entre as facilidades a serem oferecidas pelos aeroportos.

De acordo com a proposta, o processo de colocação das bagagens nas esteiras deverá ser filmado e, as imagens, exibidas em tempo real para os passageiros que aguardam suas malas. Determina ainda a gravação das imagens, que ficarão à disposição no aeroporto de destino pelo prazo de 30 dias, contado da data do desembarque.

“Com uma frequência bem maior do que seria aceitável, observa-se que ocorrem problemas nessa operação, cuja responsabilidade é das companhias aéreas. É direito dos usuários que os pertences despachados sejam manuseados adequadamente e com o devido cuidado pelo pessoal encarregado”, afirma Vanessa Grazziotin na justificativa do projeto.

Ao recomendar a aprovação do projeto, o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), considerou que a medida aprimora o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/1986). E revelou que queixas sobre bagagens são recorrentes entre as registradas no *site* da **Agência Nacional de Aviação Civil** (Anac).

“Extravio, violação, danos ou entrega com atraso são ocorrências relacionadas à bagagem que podem ocasionar graves problemas para os passageiros, motivo pelo qual devem receber

a justa reparação por danos eventualmente causados pela transportadora.”, observa Paim no parecer.

Como terá votação final na CCJ, o PLS nº 46/2013 poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Senador sugere que a Anvisa faça estudo sobre o uso medicinal da maconha

O senador Magno Malta (PR-ES) garantiu que vai criar uma frente parlamentar mista contra a legalização das drogas. A ideia, segundo ele, é aprofundar o debate que está ocorrendo nas audiências públicas para discutir os usos recreativo e medicinal da maconha. Para o senador, a legalização das drogas não é a saída para combater a violência decorrente do tráfico. Segundo ele, exemplo disso é a Holanda que, afirmou o parlamentar, “experimentou o aumento da violência depois que legalizou o uso da maconha”.

Magno Malta lembrou que o Brasil hoje é um ponto estratégico do tráfico internacional de drogas, pois faz fronteira com países produtores de maconha e cocaína e tem estrutura que facilita o transporte desses produtos para outros países do mundo.

Quanto ao uso medicinal, em casos de epilepsia, por exemplo, ele sugeriu que o Ministério da Saúde e a **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa) verifiquem os efeitos positivos do medicamento à base de canabidiol e, fundamentados nisso, editem uma portaria para liberar a importação de tais remédios para serem entregues às famílias das pessoas enfermas.

“A formação de um homem se dá pela informação. A falta de informação produz a deformidade. Nós não informamos. Então é preciso colocar estudo sobre drogas nas escolas do Brasil. Se você informa a criança, ainda na sua tenra idade, a respeito do abismo das drogas, ela terá 100% de chance de não cair por causa da formação”, disse o senador.

Câmara altera parte de Medida Provisória que tratava da Anvisa

O Plenário da Câmara dos Deputados está debatendo, desde 14 de outubro, a Medida Provisória nº 651/14, que busca incentivar a atividade econômica com várias mudanças que podem ser divididas em quatro eixos: ampliação de incentivos tributários; renegociação de dívidas; alterações da tributação de mercado de ações; e outras mudanças não tributárias.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMD-RN), decidiu retirar vários dispositivos incluídos no corpo da MP pela Comissão Mista por considerá-los matéria estranha ao projeto. A ampliação do prazo para os municípios acabarem com os lixões, por exemplo, foi um dos itens retirados. Esses pontos poderão voltar ao texto se o Plenário aprovar recursos.

Foram retiradas do texto da Comissão Mista: a) mudanças na legislação sanitária sobre a concessão e o cancelamento de certificados de boas práticas; b) renovação simplificada para registro de medicamentos que estejam no mercado há mais de dez anos e outras regras sobre as competências da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa); c) obrigatoriedade de margem de preferência para produtos e serviços nacionais nas licitações do poder público, que hoje é uma opção. Aprovada na Câmara dos Deputados, a MP nº 651/2014 segue para o Plenário do Senado.

MP define fiscalização da Anac sobre redução de tarifas de voos regionais

A Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória (MP) nº 652/2014 está analisando a matéria desde 8 de outubro. A MP cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, para subsidiar as operações de empresas aéreas em aeroportos com movimentação de até 1 milhão de passageiros por ano. A MP nº 652/2014 já recebeu 85 emendas.

O subsídio inclui tarifas aeroportuárias e parte dos custos das companhias, mas ainda depende de regulamentação por parte da Secretaria de Aviação Civil (SAC). A intenção, segundo o ministro da SAC, Moreira Franco, é favorecer ainda mais a região Norte, principalmente a região amazônica, onde o transporte depende de aviões.

A MP estabelece ainda que as empresas que não cumprirem a meta de redução das tarifas nem mantiverem voos regulares poderão perder o subsídio, ficando a fiscalização sob a responsabilidade da **Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)**.

Atualmente, conforme dados da SAC, voos regionais custam em média 31% a mais por quilômetro do que voos entre capitais. O objetivo é equilibrar os custos e a escala desses voos, de maneira a baratear as passagens e estimular um novo mercado, que no futuro poderá se sustentar sem o subsídio.

Projeto sobre os transportadores autônomos prevê registro na ANTT

Os transportadores autônomos de carga poderão ter mais facilidade na hora de comprar caminhões. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 704/2011 facilita a aquisição desses veículos por meio da redução de alíquotas e da isenção de tributos federais incidentes sobre o produto.

O projeto reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos. De autoria da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), o projeto encontra-se na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, onde será apreciado em caráter terminativo.

A proposta, já aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado, é relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), favorável à matéria nos termos de substitutivo da autoria dele.

Pela proposta, será reduzida a zero a alíquota da contribuição para a Cofins incidente sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de caminhões chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg, e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg.

Para tanto, deverão ser observadas as especificações estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, destinadas a transportador autônomo de cargas devidamente inscrito em registro da **Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**.

Os veículos contemplados pela medida também ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). A redução de alíquotas só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementada a medida. O relator na CAE incluiu ainda artigo que contempla a estimativa de renúncia decorrente da redução de alíquotas de que trata o projeto.

Servidores do Senado Federal são destaque em vários órgãos, inclusive agências reguladoras

No dia 24 de outubro, os meios de comunicação social do Senado Federal destacaram que, dado o elevado nível de especialização do quadro funcional, a instituição frequentemente “empresta” profissionais ao governo para que ocupem postos de alto escalão.

Na **Agência Nacional de Telecomunicações** (Anatel), o consultor legislativo Igor Vilas Boas de Freitas (aprovado em concurso para o Senado em abril de 2004) é conselheiro desde dezembro de 2013. Outro exemplo é o consultor legislativo Jarbas Barbosa, aprovado no concurso de 2002. Ele está na cúpula do Ministério da Saúde. É, desde 2011, o secretário nacional de Vigilância em Saúde.

Há ainda altos funcionários em cargos e funções no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O mais novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, que tomou posse em agosto, fez carreira como consultor legislativo do Senado.

Senador critica alto preço da telefonia móvel e cobra mais eficiência da Anatel

O senador Kaká Andrade (PDT-SE), em 1º de outubro, manifestou preocupação com o que chamou de “distorções” no setor de telefonia móvel. Na opinião do senador, o usuário paga um preço muito alto para receber um serviço de qualidade muito baixa. Kaká Andrade lembrou que as operadoras de telefonia ocupam os primeiros lugares no *ranking* de reclamação de serviços.

Para o senador, não basta multiplicar a oferta de celular, pois “a raiz dos problemas está na falta de investimento em estrutura”. Kaká disse que a insuficiência de investimentos não pode ser atribuída à falta de recursos das operadoras. Ele apontou que, entre 2003 e 2013, o ganho das operadoras de celulares cresceu quase 300%. O investimento em serviços, no entanto, cresceu pouco mais de 100%. O senador ainda acrescentou que o número de celulares passou de 65 milhões para 273 milhões, entre 2004 e 2014.

“O descompasso entre os investimentos em infraestrutura e o crescimento do número de usuários explica, em grande medida, as dificuldades do sistema para atender as expectativas dos consumidores, que sofrem para realizar chamadas ou acessar os serviços de dados”, disse.

Kaká Andrade ainda cobrou uma atuação mais eficaz da **Agência Nacional de Telecomunicações** (Anatel), responsável pela fiscalização do setor de telefonia, e aproveitou para defender a aprovação de dois projetos de lei, ambos do senador licenciado Eduardo Amorim (PSC-SE): o PLS nº 213/2014, que indexa o valor da multa aplicada pela **Anatel** ao número de reclamações registradas pelos usuários; e o PLS nº 224/2014, que garante aos usuários o direito de cancelamento dos serviços telefônicos por telefone ou mesmo pela internet.

Em 1º de outubro, o senador ocupou a tribuna do Senado Federal e defendeu a aprovação dos dois projetos. Para tratar do tema, o parlamentar também participou do programa “Tribuna do Consumidor” da Rádio Senado, que foi ao ar naquele mesmo dia.

Ex-servidor da Aneel defende construção de reservatórios em hidrelétricas

Um estudo da Consultoria Legislativa do Senado Federal alerta para a importância da construção de reservatórios nas usinas hidrelétricas do Brasil. Instalar uma usina sem barragem é como abdicar de um poço de petróleo, na avaliação dos consultores Omar Alves Abbud (ex-superintendente da **Agência Nacional de Energia Elétrica**) e Márcio Tancredi.

Segundo os consultores, a pressão de ambientalistas levou o governo a não mais conceber usinas com represas, em grandes projetos, a partir da década de 1990. Desde então, têm sido priorizadas usinas a fio d’água, que não dispõem de barragem de água ou têm dimensões menores do que poderiam.

Entretanto, avaliam os autores do estudo, além de aumentar a confiabilidade do abastecimento, os reservatórios ajudam a gerar energia elétrica a custos mais baixos e praticamente sem emissão de dióxido carbônico (CO2), inclusive nos períodos de seca.

Abbud e Tancredi afirmam que especialistas em outros tipos de energia, como a eólica, por exemplo, também são favoráveis à construção de reservatórios para garantir a continuidade do abastecimento. Isto porque, de acordo com os consultores, mesmo se tratando de energia de baixo impacto ambiental e relativo baixo custo, essas fontes não são confiáveis, por serem intermitentes.

Projeto pronto para ser analisado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) determina a construção de obras de engenharia hidráulica – eclusas – concomitantemente à de usinas hidrelétricas, quando se tratar de rios que sejam navegáveis durante pelo menos seis meses por ano. O objetivo do PLS 497/2011, do senador Vicentinho Alves (SD-TO), é solucionar dificuldades encontradas em cursos de água, para expandir a oferta de energia elétrica.

Parte 2 – Câmara dos Deputados

Anac e Anvisa serão ouvidas em audiências públicas sobre Medidas provisórias

A comissão mista (formada por deputados federais e senadores) criada para analisar a medida provisória que oferece subsídios para a aviação civil regional (MP nº 652/2014) definiu em 29 de outubro o cronograma de trabalho. Segundo o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em virtude do curto prazo para tramitação da MP, apenas uma audiência pública será realizada no dia 4 de novembro com representantes da Secretaria de Aviação Civil (SAC), ligada à Presidência da República, de entidades de empresas aéreas, da **Agência Nacional de Aviação Civil** (Anac), do sindicato dos aeronautas e da Infraero.

A medida provisória cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para estimular operações de empresas aéreas em aeroportos com até um milhão de passageiros por ano. Pelo texto, a subvenção atuará no sentido de baratear as passagens aéreas em voos com origem ou destino em aeroportos regionais, como os localizados na Amazônia. O objetivo é aumentar o acesso da população brasileira ao transporte aéreo e o número de municípios e rotas atendidos.

Já a Medida Provisória nº 653/2014, que flexibiliza a exigência da presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento das farmácias, também teve seu cronograma de trabalho aprovado pela comissão mista que analisa o tema. O relator, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), propôs a realização de duas audiências públicas antes de finalizar seu relatório. As audiências contarão com representantes da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa), dos conselhos regionais e federal de farmácia, e da Secretaria da Micro e Pequena, ligada à Presidência da República, entre outros.

Comissão ouve a ANTT em audiência pública sobre *commodities*

Passado o período eleitoral, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados retoma, até o fim do ano, a análise de vários projetos. O presidente da comissão, deputado Paulo Feijó (PR-RJ), planeja, até o fim do ano, o debate de vários outros assuntos. “Priorizaremos todos os assuntos. Muito



embora, vale acrescentar, que a pauta da Comissão de Agricultura, até o período eleitoral, estava praticamente em dia”, afirmou.

Além da votação de propostas, a Comissão de Agricultura tem agendada, para o dia 11 de novembro, audiência pública sobre o papel das ferrovias no transporte de *commodities*. O debate, sugerido pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), deve contar com a presença de representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); da **Agência Nacional de Transportes Terrestres** (ANTT); além de diferentes empresas do ramo logístico e de associações de produtores.

Consulta pública da ANS é destaque no site da Câmara dos Deputados

No Brasil, 84,6% dos partos na rede privada são feitos por cesariana. Cenário muito distante da meta de 15% fixada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Para mudar essa realidade, a **Agência Nacional de Saúde Suplementar** (ANS) abriu uma consulta pública para discutir medidas de redução do número de cesarianas. Entre os temas, está o direito de mulheres, grávidas ou não, serem informadas sobre as taxas de cesáreas e de partos normais por médico e estabelecimento de saúde. A consulta foi destaque no *site* da Câmara dos Deputados, em outubro.

Feita sem indicação médica, a cesariana aumenta em 120 vezes o risco de problemas respiratórios no recém-nascido e triplica os casos de morte da mãe. Segundo o ministro da Saúde, Arthur Chioro, o estímulo ao parto normal pode diminuir a mortalidade materna e a mortalidade infantil, particularmente a mortalidade infantil neonatal precoce. “Nós temos que voltar a estabelecer o parto normal como cultura e como prática no nosso País”, afirmou.

A sociedade pode participar da consulta da ANS até 23 de novembro. Para isso é preciso preencher formulário disponível no *site* da agência reguladora (www.ans.gov.br). Segundo o Ministério da Saúde, as medidas sugeridas entrarão em prática a partir de dezembro.

Deputado quer saber razão de elevado reajuste tarifário da Aneel em Alagoas

O deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL) apresentou, em 16 de outubro, a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) nº 189/2014, sobre a **Agência Nacional de Energia Elétrica** (Aneel). Ele pediu a referida PFC para apurar a regularidade e a legalidade do reajuste anual médio de 32,36% na tarifa dos consumidores de Alagoas, concedido pela Aneel.

Destacou Lessa: “A tarifa teve um impacto injusto na população de Alagoas, especialmente na camada mais pobre. O reajuste é totalmente divorciado da realidade econômica do Estado e não guarda coerência com nenhum índice de inflação. A Aneel deve atuar para que o valor da tarifa se componha com custos administrativos eficientes e que se relacionem efetivamente com os serviços de fornecimento de energia elétrica. Portanto, é preciso auditar o reajuste concedido para examinar o nível de governança administrativa e verificar se a tarifa não está remunerando ilegalmente uma empresa ineficiente”.

Entidade faz sugestões ao projeto que cria a Agência Nacional de Mineração

No dia 8 de outubro, foi apresentada, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a Sugestão (SUG) nº 150/2014, encaminhando sugestões de emendas ao Projeto de Lei nº 5.807/2013, do Poder Executivo, que dispõe sobre a atividade de mineração, cria o

Conselho Nacional de Política Mineral e a **Agência Nacional de Mineração** (ANM). O relator da matéria é o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

As emendas foram entregues na Comissão de Participação Legislativa (CPL) da Câmara dos Deputados. São sugestões quanto aos seguintes temas: determinantes socioambientais; saúde, segurança e meio ambiente das comunidades atingidas pelas atividades de mineração; exaustão de reservas; aplicação transparente da CFEM; materiais geológicos para moradia e alimentação; entre outros. O texto com as sugestões está disponível no *site* da Câmara dos Deputados.

Sobre a transformação do DNPM em ANM, a entidade critica o risco de captura das agências reguladoras, e sugere a demissão “ad nutum” (isto é, sem motivação) de qualquer diretor da futura Agência pelo presidente da República ou por 60% dos votos dos membros do Conselho Nacional de Recursos Minerais; aprovação prévia dos nomes dos indicados a diretor; e quarentena de um ano após o término dos mandatos.

Ancine participa, na Câmara dos Deputados, de fórum sobre comunicação pública

Nos dias 13 e 14 de novembro, será promovido, na Câmara dos Deputados, o “Fórum Brasil de Comunicação Pública”. O evento visa discutir e amadurecer propostas no campo da comunicação pública, de modo a fortalecer o sistema no Brasil. Além disso, pretende capacitar as organizações para intervir nas políticas públicas e na regulação do setor, articulando um espaço permanente para o diálogo estratégico.

O Fórum é promovido pela Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados e pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom), grupo composto por mais de uma centena de entidades atuantes no campo da comunicação social na esfera pública e na sociedade civil.

Entre os temas a serem abordados, estão a universalização do acesso, a convergência de linguagens e conteúdo interativo, as formas de financiamento do sistema público e as políticas de fomento para o segmento audiovisual. A programação acontece no auditório Nereu Ramos e nos plenários das Comissões, onde haverá reuniões setoriais de grupos de discussão. Ao final do evento, as organizações participantes entregarão a plataforma consolidada de demandas para a comunicação pública à Presidência da República.

No dia 14, às 11h, a Diretora-Presidente substituta da **Agência Nacional do Cinema** (Ancine), Rosana Alcântara, estará participando do **Painel 5** intitulado “Financiamento do Sistema Público e Políticas de Fomento para o Audiovisual”. Dividirão com ela no painel as seguintes autoridades: Aloizio Mercadante (ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República); um representante da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM); e um representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. A mediação ficará por conta de Ana Fleck, presidenta do Conselho Curador da EBC.

Inscrições gratuitas: www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/evento?id=11191.

Deputado apresenta projeto de lei sobre biocombustíveis, mas não menciona a ANP

Em 7 de outubro, o deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) apresentou o Projeto de Lei nº 7.998, de 2014, que dispõe sobre a Política Nacional de biocombustíveis Florestais, mas não cria novas atribuições à **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis** (ANP) nem altera o marco setorial.

Argumenta Vasconcellos que é necessário que se discuta a edição de políticas ambientais mais efetivas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, ainda mais quando há aumento do número de usinas termelétricas movidas a carvão mineral.

“O carvão mineral, por ser um combustível fóssil, compreende recurso energético não renovável, demasiadamente caro e uma das fontes mais poluidoras de energia. Em uma época em que o mundo busca fontes alternativas e renováveis de energia limpa, não pode o Brasil ficar refém de recursos energéticos fósseis notadamente poluentes. No caso do carvão mineral ainda há fatores negativos como tratar-se de um combustível não renovável, caro e que compromete o equilíbrio de nossa balança comercial ante a dependência de sua importação”, explicou o deputado.

Ele defende a adoção dos “biocombustíveis florestais”, que seriam fontes alternativas aos combustíveis fósseis, sendo mais eficazes e baratas, além de serem recursos energéticos renováveis de energia limpa. “Os biocombustíveis florestais são estratégicos para a premente e necessária ampliação e diversificação da matriz energética brasileira, como fontes renováveis de energia limpa”.

A matéria vai tramitar nas comissões de Minas e Energia; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Ainda não há relator designado.

Produção: Assessoria Parlamentar do Sinagências.